

Braudel e Abrams abrem a porta a um debate insolúvel: a cidade

Gisela Cunha Viana Leonelli*

Tomás Antônio Moreira**

Resumo: Este trabalho tem como objetivo compreender as definições da cidade para enriquecer as novas reflexões sobre o termo nos dias atuais. O ponto de partida para a reflexão é a confrontação das posições no entendimento do fenômeno urbano, da cidade, por Fernand Braudel e Philip Abrams, para posteriormente fazer emergir, frente aos dilemas colocados na confrontação destes dois autores, amostragens das principais teorizações elaboradas sobre a cidade. Dentre as conclusões, destaca-se que as proposições de denominações sobre a cidade procuram dar conta da evolução dinâmica das aglomerações humanas: metápole, edge city e tecnocidade.

Palavras-chave: Cidades; Fenômeno Urbano; Teoria da Cidade; Fernand Braudel; Philip Abrams.

Abstract: Braudel and Abrams open the door to an insoluble debate: The City

This paper looks to understand the definitions of the city to enrich the new reflections, in the current days. The starting point for reflection is the confrontation of positions in the understanding of the urban phenomenon, the city, by Fernand Braudel and Philip Abrams, later to emerge in front of the dilemma posed in the confrontation of these two authors, samplings of the main elaborate theorizing on City. Among the findings, it is emphasized that the names of propositions about the city seeking to account for the dynamic evolution of human settlements: metápole, edge city and tecnocity.

Keywords: Cities; Urban Phenomenon; City Theory; Fernand Braudel; Philip Abrams.

* Docente de graduação e pós-graduação, MS-3, RDIDP do Curso de Arquitetura e Urbanismo da FEC UNICAMP. Doutora em Arquitetura e Urbanismo IAU USP (2010). Mestre Engenharia Ambiental pelo CRHEA - USP (2003) Mestre em Urbanismo pela PUC-Campinas (2003). Especialista em Desenho e Gestão do Território Municipal pela PUC-Campinas (2001) e em Educação Ambiental pelo CRHEA-USP (2001), graduada em arquitetura pelo IAU-USP. Possui experiência acadêmica (FATEC, UNIMEP e PUCPR) e profissional em planejamento e gestão urbana. (PMJaú, Instituto PÓLIS e IPPLAP) Tem realizado pesquisas, atividades de ensino e extensão nos temas: fundamentos e instrumentos de planejamento urbano, história da regulação urbanística, gestão e políticas urbano- ambientais, com ênfase em parcelamento do solo urbano.

** Professor Adjunto no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), São Carlos - Brasil, pertencente à Área de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. PhD em Estudos Urbanos pela Université du Québec à Montréal - Canadá, com título revalidado pela USP. Consultor *ad hoc* da FAPESP. Foi professor visitante na Université de Rennes 2, no Laboratório Espaço e Sociedade - ESO - Rennes, França (2013). Foi Professor Adjunto da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. Atua principalmente nos temas de políticas públicas habitacionais e fundiárias, instrumentos urbanísticos, urbanização, mobilidade urbana, governança e participação social. **Contato:** tomas_moreira@hotmail.com **Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/7348817908541292>

1. CIDADE: OBJETO DE PREOCUPAÇÃO E PENSAMENTO ANALÍTICO

Em diferentes correntes de pensamento – social, econômica, cultural e geográfica -, a cidade aparece como um objeto de preocupação e pensamento analítico. Ela pode ser considerada como objeto aparente, mesmo se os produtos das reflexões não se constituem como teorias específicas. Este objeto de investigação é, em muitos aspectos, a manifestação mais expressiva da realidade ou, pelo menos, a cidade designa o cenário para as ações mais significativas de nossas sociedades. A filosofia da cidade permanece a expressão necessária para a compreensão da projeção e da evolução de nossas sociedades sobre o espaço.

Os escritos teóricos sobre a cidade são numerosos e aportam diferentes olhares sobre o assunto e várias conceituações. Em todas as explicações sobre os fenômenos da vida social, econômica, cultural e política aparecem diferentes conceitos sobre a forma territorial: a cidade.

Diferentes pesquisas teóricas sobre a cidade aprofundaram o conjunto dos conceitos elaborados para ampliar o conhecimento sobre a cidade. Dentre as múltiplas investigações teóricas, aquelas de Fernand Braudel e Philip Abrams iniciam a construção de um debate rigoroso sobre a conceituação do fenômeno urbano: a cidade. A diferença conceitual entre esses dois autores, sobre a forma de pensar a cidade, ilustra duas tendências sobre o questionamento filosófico sobre a cidade, objetivo deste trabalho.

2. A POLÊMICA ENTRE BRAUDEL E ABRAMS

Fernand Braudel acredita que a cidade é uma entidade em si, em diferentes períodos de sociedades diversas (Braudel, 1979). Este autor (1979) sustenta que, não obstante sua localização no tempo e no espaço, uma cidade reenvia sempre a certas regularidades objetivas, permitindo identificá-la como tal.

Philip Abrams considera que a cidade possui uma forma social própria em diferentes épocas e sociedades (Abrams, 1978). Este autor (1978) nega a existência da cidade como entidade social autônoma. Para ele, nenhuma generalização sobre a cidade é aceitável e os estudos tradicionais sobre a cidade se resumem a uma simples análise das interações sociais.

Fernand Braudel, levando em consideração que ‘a cidade é sempre uma cidade, onde ela si situe, no tempo e no espaço’ (Braudel, 1979: 423) fez ressaltar a ideia de que há uma multiplicidade e simultaneidade de cidades e de seus processos, em diferentes fases da história das sociedades. Desta maneira, ele argumenta que as cidades têm, em geral, a mesma linguagem. Para Braudel, as cidades são os produtos de suas civilizações. No entanto, mesmo se elas possuem características específicas no interior de seus processos, elas apresentaram os mesmos

problemas e as mesmas ambiguidades. Braudel considera que são os efeitos dos problemas e ambiguidades que aparecem de maneira mais ou menos intensas nos diferentes processos da evolução das cidades. Nesta perspectiva, Braudel mostra a necessidade de criticar a antiguidade como uma situação homogênea nos planos sociais, temporais e espaciais.

Philip Abrams não concorda com as propostas desenvolvidas por Fernand Braudel. Ele critica o fato de que a cidade é sempre uma cidade. Ele discute também o fato de que as características das cidades permanecem de um período ao outro na história e elas podem ser tratadas fora do processo de mudança histórica das civilizações e da economia (Abrams, 1978: 17). Para este autor, a cidade não pode nem ser interpretada de maneira genérica nem como uma entidade social (Abrams, 1978: 9 e 10). Ele acredita que a cidade é uma forma social e, portanto, o resultado de vários fatores de ordem social e dos processos de mudanças históricas das sociedades. Neste sentido, ele coloca em evidência a heterogeneidade das cidades em diferentes planos.

Levando-se em conta a conceituação da cidade por ambos os autores, diferentes abordagens se aproximam da forma de seus conceitos. Muitas vezes, as diversas reflexões teóricas sobre a cidade não mostram diretamente o posicionamento dos autores em relação aos discursos de Fernand Braudel e Philip Abrams. No entanto, eles certamente ilustraram tendências. Em todo caso, as suas diferenças destacam os campos de reflexões sobre a cidade, bem como a variedade de abordagens que caracterizam a questão filosófica sobre a cidade. Este encontro de discursos sobre a cidade traz para a problemática, que se impõe na atualidade, um conhecimento maior sobre as consequências e dificuldades de generalizar sobre a cidade, bem como de ilustrar a diversidade deste fenômeno e da questão urbana.

3. O PARADIGMA DA CIDADE INVARIÁVEL E O PARADIGMA DA NÃO-CIDADE

Diversos autores desenvolveram suas argumentações sobre o fenômeno urbano conceituando a cidade como uma entidade estritamente social ou enquanto uma manifestação das forças sociais.

Marx, Weber e Durkheim (autores clássicos, que basearam suas análises respectivamente sobre o plano econômico, organização social e divisão do trabalho) desenvolveram suas reflexões tendo o fenômeno cidade como forma social. Estes autores clássicos analisaram na sociedade capitalista os fatores fundamentais que a constitui e a fazem funcionar (Katznelson, 1992). Para eles, a credibilidade da cidade como objeto social sempre foi levada em consideração. Suas análises não visavam o desenvolvimento de uma teoria urbana, mas, sobretudo, o desenvolvimento de uma teoria baseada sobre os processos de transformação das relações sociais capitalistas (Abrams, 1978; Claval, 1992).

As interpretações de Marx sobre a cidade e de seu contraponto, o campo, se concentrava na compreensão da relação entre cidade-campo. Ele considerava estes termos, por um lado, enquanto expressão da forma e do produto da divisão do trabalho e, por outro lado, enquanto a sínteses da separação entre o trabalho manual e intelectual (Claval, 1992). Para ele, o produto da divisão do trabalho situou a cidade.

Inúmeros são os teóricos que se interessaram aos princípios constitutivos da cidade. Seria ambicioso fazer uma síntese completa. Os textos de Martindale (1978), Katznelson (1982) e Claval (1981) apresentam excelentes amostragens das principais teorizações elaboradas sobre a cidade. Estas são utilizadas para fornecer um quadro estável e coerente à análise da realidade urbana. Estas teorizações são necessárias para explicar e estabelecer as causalidades entre as características da vida urbana e as transformações específicas da vida coletiva.

Para Claval, um dos teóricos incontornáveis da cidade, 'os princípios comuns a toda aglomeração são enormes para que uma teoria unitária da cidade seja possível' (CLAVAL, 1981: 574). A cidade recobre uma realidade plural. A cidade e o urbano foram abordados sobre múltiplas facetas. São termos polissêmicos não cobrindo ao mesmo significado segundo os autores em jogo, Braudel e Abrams, e suas motivações. Contudo, é possível identificar as regularidades.

Braudel demonstra cinco princípios concretos sobre os quais se pode fundar o paradigma da cidade invariável: a lógica espacial, o espaço social, a aglomeração política, a estrutura funcional e a simbologia cultural. Colocados isoladamente, estes princípios não têm nenhum poder explicativo, operacional ou global do fenômeno urbano. É na simultaneidade que eles caracterizam a cidade ou o fenômeno urbano. A cidade é fundamentalmente um princípio espacial, uma organização do espaço de maneira a obter uma polarização permanente de diferentes tipos de atividades, de serviços, de funções e indivíduos aglomerados. A cidade é uma maximização de diversas interações; é nela que as ocasiões (diretas ou indiretas) de interações e de trocas atingem seu máximo (BRAUDEL, 1979).

Definida como aglomeração morfológica, a cidade adquire uma permanência e estabilidade permitindo fazer comparações por meio do tempo e do espaço. A partir de uma tomada aérea da paisagem, a cidade denota uma relação ao seu meio ambiente imediato. Para Payot (1992), esta capacidade de circunscrever, a se distinguir do resto, é a essência da cidade: "uma volta que separa um interior de uma parte externa e em se constituindo o define como a área comum de pertencimento temporal e espacial" (PAYOT, 1992: 42). A cidade é aglomeração, concentração permanente no espaço. A cidade é ordem: seu sistema é dividido em espaços de utilizações específicas (MASSIAH; TRIBILLON, 1988). Sua principal forma reside na centralidade. A cidade é dominação: ela mantém uma relação hierárquica com suas periferias.

Outra forma característica da cidade vem de seu processo de expansão. O crescimento urbano é o sinal de um movimento de desconcentração urbana acompanhado de uma dinâmica de invasão-sucessão (BURGUESS, 1996) e de vontades de anexação de periferias. A aglomeração

morfológica abriga interações sociais cuja concentração e densidade, sobre os pequenos espaços, produzem efeitos do meio.

A teoria sociológica da cidade é marcada pela Escola de Chicago, que vê a cidade como um terreno de experimentações para descobrir a lei que serve de base às mutações do contato social. Para os teóricos desta escola a dimensão, a densidade e a heterogeneidade da população são elementos sintéticos característicos da ecologia da cidade (PARK; WIRTH, 1992). A cidade é “um estabelecimento relativamente importante, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos” (WIRTH, 1979: 262). A dimensão da população explica a diferenciação em áreas naturais e em áreas culturais.

A segregação se faz seguindo as preocupações e interesses da apropriação étnica, racial ou de classe. Ela suscita também relações humanas secundárias, segmentarias e utilitárias. A fórmula de Simmel (da corrente culturalista) resume bem a situação: “a unidade da distância - social - e de proximidade física” (SIMMEL, 1979: 52). A delegação do poder e os mecanismos de controle formal são os meios de gerar a coesão do conjunto urbano. A densidade de pessoas proporciona uma ideia do nível de especialização e da competição pelo espaço urbano que se regula ao perfil das atividades e indivíduos, os mais competitivos. A densidade favorece as relações de exploração entre os membros de diversos grupos. A heterogeneidade da população permite julgar o nível de instabilidade e de insegurança. Na cidade, a mobilidade indicando o “pouls de la communauté” (BURGUESS, 1996: 95) de uma estratificação social muito flutuante. A cidade favorece a mobilidade horizontal e vertical (BAIROCH, 1985: 404). A heterogeneidade instala uma despersonalização das relações humanas. O indivíduo não manifesta nenhuma descontração, ele integra coalizões em função de seus interesses pontuais (GOETZ; CLARKE, 1993). A aglomeração urbana é muitas vezes uma organização política fruto de uma história e de seus grupos sociais, em parte de seus grupos sociais dominantes, que agem em função da conjuntura política e as condições de desenvolvimento econômico da época (LE GALES, 1993).

A cidade é o espaço dos jogos sociopolíticos (GOETZ; CLARKE, 1993). Para os teóricos marxistas, a vida cotidiana é uma relação conflitual. Seu fechamento revolucionário vem da sua composição social: as lutas de classe são inerentes ao fenômeno urbano. Sobre um plano mais global, a cidade é o suporte social e o símbolo do Estado moderno. A cidade participa da generalização do poder político. Historicamente, a autonomia política é um privilégio urbano. A criação de instituições municipais autônomas foi primeiramente o fato das cidades antes de ser do Estado.

Viver em cidade supõe instituições específicas e legítimas garantindo a coesão da comunidade urbana. É também o postulado dos trabalhos sobre a governança e as regiões urbanas. Falando de hipótese conflitual da cidade, Zartman (1997) considera a governança como uma função essencial do governo (local ou nacional). A gestão de conflitos a fim de evitar o impasse político, a ruptura com as bases sociais, a violência, até mesmo a desintegração do Estado. Para Hyden e Bratton (1992), a governança é a gestão do regime cujas regras ou estruturas afetam a ação política e a resolução dos problemas societários.

Como outro princípio constitutivo, a cidade é uma aglomeração mercantil. Ela oferece uma estrutura funcional e um espaço de trocas, criados e criadores de economias de escala e de aglomeração. A heterogeneidade do corpo urbano faz-se necessário à colaboração para a origem de diferenciação e da especialização das funções. A partir deste momento, a cidade torna-se um lugar central do mercado e da monetarização da sociedade, irreversivelmente.

A cidade é o berço do capitalismo. É uma zona de produção de alto valor, atraindo investidores e profissionais de todos os tipos. A cidade é a armadura dos mercados nacionais e regionais. Ela propõe diversos produtos e serviços especializados: educação, saúde, informação e comunicação, cultura entre outros. A expressão consumir a cidade reenvia a um universo tipicamente urbano indo das necessidades – alimentação, vestimenta, habitação –, às comodidades – deslocamento em transporte individual ou coletivo, eletricidade - ou conforto – distração, lazer entre outros.

Como elementos imutáveis de identificação da cidade, o universo simbólico é impregnado. Segundo Lynch (1960), cada cidade possui uma imagem pública evocando sua forma física, cujos cinco elementos essenciais são: as ruas, as pontas, as quadras, as intersecções e as fronteiras. As representações mentais sobre a cidade confirmam o paradigma da diferenciação. A cidade é: luz e sombra, atração e repulsão. A imagem da liberdade é sem dúvida uma das suas representações as mais populares e perenes.

A servidão desaparece em primeiro nas cidades e contribui para a emancipação das classes rurais. Esta evolução é favorecida pela conjunção de certos elementos progressistas do modo de vida urbano: disponibilidade do emprego bem remunerado; possibilidade de melhorar as suas condições de vida e de ascender na escala social; oportunidade de se cultivar, de ser em relação e de se deixar embalar pelas múltiplas influências e experiências.

Como fator de civilização e de progresso, a cidade é portadora de valores comunitários e espirituais benéficos à personalidade humana (MUMFORD, 1964). Modernismo, cosmopolitismo, saber e cultura, inovação tecnológica, investigação e desenvolvimento, pertencem ao lado “luz”. A cidade continua uma imagem e todos os elementos reencontram-se ainda na problemática contemporânea das cidades mundiais e internacionais. Do lado “sombra”, a cidade é anônima, marginalização, exploração, desemprego, insegurança, criminalidade. Além disso, ela oferece pouca esperança e escolhas às suas populações prisioneiras. Assim definida como uma coincidência sobre um mesmo território de uma aglomeração morfológica, funcional, sociológico, política e simbólica, a cidade estudada por Braudel pode desafiar o tempo e o espaço.

Para este último, estes cinco princípios constituem o essencial da cidade: a mesma linguagem fundamental de todas as cidades. As numerosas diversidades sublinhadas pelas tipologias de cidades aumentam, quer a diferença de intensidade de elementos constitutivos da cidade, quer o acessório. Na lógica de Braudel (1979), o que une Çatal Hüyük à Nova Iorque de hoje transcende a história. São os seus elementos constitutivos, aqueles mesmo que permitem poder compará-los.

Contrariamente a Braudel, Abrams não considera a cidade como uma entidade social. A cidade é um lugar passivo que resulta da concordância de uma multidão de decisões de localização de agentes individuais. Para ele, as características constitutivas reveladas pela história e pela sociologia urbana não são fundamentais, mas unicamente formais. O problema, talvez, é que a cidade é uma forma social em que as propriedades essenciais de sistemas maiores de relações sociais são bruta e intensamente concentradas - a um ponto onde o tamanho, a densidade e a heterogeneidade residencial, as características formais da cidade, pareçam ser nelas mesmas propriedades constitutivas da ordem social distinta (ABRAMS, 1978: 10).

É uma ação de transformação de comparar ou estabelecer uma teoria unitária da cidade. Como produto das relações sociais e econômicas, a cidade reflete as evoluções do seu tempo. As suas condições de produção influenciam o seu significado e a sua natureza, sustenta Abrams (1978). De uma época a outra, de um país a outro, de uma cultura a outra, a dinâmica urbana é determinada fundamentalmente por estratégias de uma multitude de atores. Não se pode apreender a essência ignorando o papel dos atores coletivos e individuais que participam na criação urbana. Uma concepção dinâmica que leva em conta as relações e ações sociais, permite explicar o fenômeno urbano.

De acordo com o contexto histórico e os seus corolários, a transformação dos valores culturais, os processos econômicos mundiais e a política local, a cidade não tem o mesmo significado nem a mesma forma. Pirenne (1925) e Meuriot (1919) mostraram as relações entre a evolução histórica, as transformações nas condições das pessoas e as das formas da cidade.

Na Antiguidade, a cidade respondia mais à descrição de uma aglomeração morfológica: um conjunto constituído pela cidade e seus arredores. Do ponto de vista dos habitantes, a cidade tem uma conotação administrativa, a saber: uma fortaleza para protegê-los do terror dos bárbaros e dos invasores. O direito de cidade sendo reservado para os únicos habitantes que permanecem no recinto da cidade (MEURIOT, 1919). A forma da cidade, um lugar fortificado, é, portanto, justificada pelas dificuldades de defesa da época. O comércio e a política não são a sua razão de ser e o seu modo de vida não se distingue do resto da aglomeração (PIRENNE, 1925).

Na Idade Média, o comércio era a principal razão de ser da cidade. A emergência de uma classe comercial oposta à nobreza e ao clero transforma as suas estruturas sociais. A liberdade (de associação, de instrução e de trabalho) e o capitalismo tornam-se valores veiculados pela classe comercial. É neste momento aonde a cidade se define como organização comunal: o direito de sufrágio e de representação é atribuído aos seus habitantes (MEURIOT, 1919).

Na época contemporânea, analistas notam uma transformação das relações das cidades, entre elas, e as transformações que as unem ao seu território. Os principais efeitos da mundialização transformam tanto a forma, como o sentido da vida na cidade. Estes efeitos são: a emergência de novos sistemas produtivos e sociais, caracterizados pela especialização flexível, pela redução dos custos de transação e pela criação de nichos de desenvolvimento (GOETZ; CLARKE, 1993). O sistema urbano europeu, por exemplo, se estrutura em redes de cidades. As explicações

viriam de uma série de fatores que intervêm nos anos 1970-90: construção do mercado único europeu, inovações tecnológicas, as comunicações e as telecomunicações, a mundialização dos processos de produção de bens e a globalização dos mercados.

As notícias lógicas de localização das pessoas, das empresas e as organizações internacionais são fundadas sobre a atração, a acessibilidade e a internacionalidade, criando e fortalecendo as metrópoles. A forma da cidade é alterada com fronteiras territoriais e sociais muito mais flexíveis e móveis. O aumento da mobilidade, em termos de velocidade de deslocamento transforma algumas grandes metrópoles em métopoles, caracterizadas por uma descontinuidade da rede urbana (ASCHER, 1995).

As inovações tecnológicas e as transformações dos sistemas de produção - economia informativa - favorecem a emergência de tecnopólos (CASTELLS, 1996). A valorização dos fatores frágeis de localização, vantagem de novos sítios. As estratégias de atores colaboradores e as zonas periféricas participam diretamente na dinâmica da aglomeração urbana e a polinuclearidade torna-se uma forma urbana que se impõe cada vez mais. Mesmo a cidade de subúrbio teve a sua parte de evoluções, as quais contribuem para a mudança da face da metrópole. Os desenvolvimentos históricos do início do século XX até hoje mostram as profundas mutações sofridas pelo subúrbio americano (FISHMAN, 1987).

Os apologistas Fishman (1987) e Garreau (1991) celebram o aparecimento de um novo tipo de cidade. Desde os anos 1970, o subúrbio se autonomizou concentrando sobre o seu território uma massa crítica de atividades econômicas, comerciais, tecnológicas e culturais. Esta nova realidade pode ser um *edge city*, cujas fronteiras são difíceis de identificar sobre um mapa (GARREAU, 1991).

O subúrbio, cidade-dormitório, passa a um lugar de produção de riquezas e de criação de empregos, sobretudo de empregos de elevada qualificação técnica, de investigação e desenvolvimento que cria "a metrópole dual" (EBNER, 2004: 8). O crescimento urbano é agora o fato do subúrbio ou da tecnourbe, uma unidade socioeconômica viável (FISHMAN, 1987). O desenvolvimento de sistemas viários e de telecomunicações eficazes permite conectar diversos centros de subúrbios entre eles e a outros centros urbanos, criando a tecnocidade ou a cidade multicêntrica. A centralidade hegemônica é colocada em questão. A nova realidade do subúrbio é uma escolha de localização para as indústrias de elevada tecnologia, as sedes sociais das grandes multinacionais. Ela pode, então, inserir-se em um sistema urbano transnacional. A mundialização não tem assim fronteiras.

A cidade mundial ilustra a concentração das funções de controle, organização e tomada de decisões. Certas cidades hegemônicas - Paris, Nova Iorque, Tóquio, monopolizam a localização dos bancos internacionais, as sedes sociais das multinacionais, os centros de inovação e de investigação tecnológica. Numa ótica mais histórica, Abbott (1997) propõe a hipótese da cidade internacional para estudar as possibilidades de inserção no sistema urbano transnacional. Existe uma quantidade de funções e papéis por meio dos quais as cidades juntam-se às redes mundiais

de trocas. As cidades de produção internacional à imagem daquelas do Caribe que estão ao serviço direto dos mercados americanos. As cidades como Lyon, servindo de ponto de acesso da economia global para a sua região. As cidades especializadas nas relações internacionais, Genebra, Amsterdã e Bruxelas. As cidades de transações internacionais, Luxemburgo e Mônaco. No que dizem respeito ao governo das cidades, os ajustamentos políticos e econômicos induzidos pela mundialização traduzem-se incessantes em reestruturações verticais e horizontais.

Considerando as dimensões estruturais e do ator, há quatro tipos de efeitos (HYDEN; BRATTON, 1992): os processos de liberalização política e de democratização instalam organizações sociais legítimas; as reformas das instituições ou as reestruturações verticais pensadas para favorecer a confiança e imputabilidade; o reforço e a autonomia da sociedade civil ou as reestruturações horizontais a fim de dinamizar a esfera pública; e a criação de espaços de negociação entre o Estado, a sociedade civil e o mercado. A mundialização altera assim a política local. A necessidade de mobilizar recursos próprios e rendimentos locais implica múltiplos ordenamentos que refletem, sobretudo, a renovação de interesse dos cidadãos para com a política local. A capacidade de governar se apoia sobre o sentido do lugar e novos localismos (GOETZ; CLARKE, 1993).

As estratégias de atores reintroduzidas na análise do fenômeno urbano são baseadas numa certeza: suas dinâmicas podem produzir efeitos diferenciais no que diz respeito à produção e à aplicação das políticas públicas locais. A implicação direta dos atores locais na definição do interesse urbano resulta numa fragmentação da ação pública local (a teoria dos regimes urbanos). A qualidade do regime político existente aumenta a capacidade local de governar e influenciar as políticas urbanas (FERMAN, 1996).

A imagem do pluralismo impõe-se cada vez mais como um importante valor urbano. Tal maneira de abordar a política local permite atribuir significados novos à cidade: construir uma cidade progressista que sabe reconciliar objetivos de produção e objetivos de redistribuição; tornar o ambiente construído da cidade igualitária, a saber: mais à escuta das necessidades e aspirações dos seus múltiplos atores sociais (HYDEN; BRATTON, 1992).

4. CONCLUSÃO

De um ponto de vista epistemológico, a querela elegante que opõe Braudel à Abrams não se opõe, uma vez que estamos na presença de paradigmas. Kuhn define o paradigma como “descobertas científicas universalmente reconhecidas que para um tempo fornecem a uma comunidade de investigadores dos problemas tipo e as soluções” (KUHN, 1983: 11). O paradigma dá lugar a uma divisão de ideias intersubjetivas entre membros de uma mesma

comunidade científica. O objetivo da ciência é então provar que se tem razão. É uma construção subjetiva que propõe ou mesmo impõe a sua própria representação do mundo, os seus valores morais e os seus postulados ontológicos. Na ausência de um quadro de referência comum não haveria conflitos de escolas nem mesmo de comparação entre paradigmas diferentes.

No debate, autonomia estrutural e imaterialidade da cidade, a incomensurabilidade do paradigma é aplicável. Perante as colocações feitas, não é indicado traçar de maneira abrupta a precedência ou mesmo a superioridade de indivíduo ou da sociedade. Pode-se, sem penalidade, admitir os pontos de vista de cada um, tanto quanto conservar os seus postulados de partida. Como o materialismo e o determinismo avançam, os fatos sociais vêm primeiro e a existência precede a consciência, a cidade é um objeto de análise integral. Em contrapartida, se o investigador privilegia as estratégias de ator - identidade, vontade, consciência, emoção como modo de conhecimento dos fenômenos sociais, a cidade não pode ser uma entidade social.

O pesquisador sobre o fenômeno urbano pode satisfazer-se de tais paradigmas? Seria necessária uma escolha entre o sentido vivido das coisas e os seus mecanismos explicativos, para dar conta do fenômeno urbano?

O verdadeiro desafio é, portanto, encontrar uma metodologia que permite integrar as duas perspectivas. Em estudos urbanos, só uma abordagem simultânea permitirá progressos significativos. Para compreender a cidade, o lugar por excelência das transformações sociais, da cultura, o laboratório dos problemas sociais, econômicos, ecológicos e políticos, o pesquisador em estudos urbanos deve ter uma visão que abraça o espaço na sua dupla dimensão: física e natural por um lado, produto das relações sociais e econômicas do outro. O pesquisador urbano ganharia a realizar a passagem do individual ao coletivo, ou seja, integrar uma abordagem dialética e reconhecer a consciência crítica, a capacidade de indivíduo fazer a sua história. Diferentemente, a complexidade da sociedade é negada; a mudança social e o peso das forças sociais ocultados. Isto porque, se a cidade existe, ela não tem sentido fora das interações sociais e contrariamente estas interações sociais existem fora das cidades. Certas formas de relações sociais e de trocas são possíveis apenas porque existe um quadro capaz de catalisá-las, intensificá-las e transformá-las.

A cidade produz os efeitos do meio; nisso ela dá outra amplitude às interações sociais. Hoje em dia é no âmbito urbano que a relação social está mais a perigo, mas, também, é lá que conhece a evolução: experimentações de formas de pluralismo, de cidadania ou de democracia participativa. Examinar a cidade a partir do seu contexto histórico, aí está uma abordagem fundamental.

As cidades neolíticas de Jericó e de Çatal Hüyük, a polis de Atenas, o *civitas* de Roma, as cidades coloniais britânicas e francesas dos inícios dos séculos XIX e XX, Birmingham no século XIX e no início dos anos 1980, os tecnoúrbes; as *edge cities*, as metápoles, as *global cities*, as cidades internacionais, indistintamente são chamadas de cidades. Para além da sua comum denominação, elas não interpelam o mesmo imaginário, não implicam nas mesmas

consequências sobre a forma e o tipo de cidade, não se tem o mesmo significado para os indivíduos que nelas vivem e não lhes oferecem, muito menos, as mesmas possibilidades. Os sistemas urbanos e as cidades da época atual atingiram um nível de diferenciação tal que não têm mais o mesmo sentido.

A cidade contemporânea e a neolítica apresentam certamente semelhanças, mas também diferenças. As escavações arqueológicas revelam Çatal Hüyük como uma aglomeração densa e permanente. Os seus habitantes socialmente heterogêneos são constituídos de agricultores de trigo, de cevada, de ervilhas, de criadores de carneiro, de caçadores. A tecnologia também não estava ausente: casas quadradas em tijolos crus. A arte está presente: estatuetas e pinturas que representam figuras femininas. O sítio da cidade comporta vantagens de localização: a proximidade de 'vias', aonde o comércio fez a prosperidade de Çatal Hüyük. A descrição desta cidade antiga não é inútil. Mostra que existem processos compartilhados pelas cidades. Contudo, não existe a possibilidade de haver correspondência perfeita entre esta cidade e a cidade contemporânea que leva a marca das recentes evoluções tecnológicas.

Um elemento que tem a sua importância na significação da cidade contemporânea é o crescimento da mobilidade: dos indivíduos, das empresas e dos produtos. A introdução da variável mobilidade transforma a estrutura espacial da cidade. As escolhas de localização são multiplicadas, igualmente pelos indivíduos como pelas atividades. A qualidade de vida, a atração e a acessibilidade são tanto critério de localização que intervêm na estruturação da forma urbana e dos sistemas urbanos. Contrariamente às cidades fortificadas, aonde as muralhas servem fisicamente de delimitações, a mobilidade produz a extensão da cidade num espaço não circunscrito. A mobilidade altera os modos de delimitação da cidade, a noção de fronteira esta mais elástica.

Ao que corresponde a cidade central, a aglomeração urbana ou a região urbana funcional? O espaço de distribuição das atividades necessárias para a vida social econômica e profissional é mais ampla. Isso não ocorre sem haver implicações sobre as condições de adaptação e participação na vida urbana: a cidadania é móvel. A política urbana inova por estar à escuta e, sobretudo, por interessar cidadãos que têm vários espaços móveis; e, o ativismo local testemunha uma vontade de apropriação da cidade, pelos seus atores. Neste sentido, o significado da cidade se transformou, onde a utilidade de proposições de denominações novas procura dar conta da evolução dinâmica das aglomerações humanas: *métropole*, *edge city*, *tecnocidade* entre outras.

Como podemos ver, Braudel e Abrams abrem a porta a um debate insolúvel. Como diz Karl Jaspers (1969), a respeito da filosofia, aqui também, as perguntas seriam talvez mais importantes que as respostas, para conhecer o fenômeno das cidades.

BIBLIOGRAFIA

ABBOTT, Carl (1997). The international city hypothesis: An approach to the recent history of U.S. cities, in *Journal of Urban History*, 24. USA: Journal of Urban History.

ABRAMS, Philip (1978). Towns and Economic Growth: Some Theories and Problems, in Philip Abrams e E. A. Wrigley (org.), *Towns in Societies: Essays in Economic History and Historical Sociology*. Londres: Cambridge University Press.

ASCHER, François (1995). *Métapolis ou l'avenir des villes*. Paris: Odile Jacob.

BAIROCH, Paul (1985). *De Jérico à Mexico. Villes et économie dans l'histoire*. Paris: Gallimard, Collection Arcades, p. 404.

BLAUG, Mark (1994). *La méthode économique*, traduzido do inglês por Alain e Christiane Alcouffe. Paris: Économica.

BRAUDEL, Fernand (1979). *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle*, tome I. Paris: A. Colin, p. 423.

BURGESS, Ernest (1996). The Growth of the City: An Introduction to a Research Project, in Richard T. LeGates e Frederic Stout, *The City Reader*. New York: Routledge, p. 95.

CASTELLS, Manuel e HALL, Peter (1996). Technopoles: Mines and Foundries of the Informational Economy, in Richard T. LeGates e Frederic Stout, *The City Reader*. New York: Routledge.

CLAVAL, Paul (1981). *La logique des villes: essai d'urbanologie*. Paris: Librairies techniques.

DUCROS, Jacqueline (1985). *La préhistoire*. Paris, Éditions Fernand Nathan.

DURKHEIM, Emile (2000). *O Suicídio: Estudo de Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes.

EBNER, Michael (2004). City and Suburbs: The Dual Metropolis, in James R. Grossman, Ann Durkin Keating, and Janice Reiff (org.), *The Encyclopedia of Chicago*. USA: University of Chicago Press, p. 8.

FERMAN, Barbara (1996). *Challenging The Growth Machine. Neighborhood Politics in Chicago and Pittsburgh*. Kansas: University Press of Kansas.

FISHMAN, Robert (1987). *Bourgeois Utopias: The Rise and Fall of Suburbia*. New York: Basic Books.

GARREAU, Joel (1991). *Edge city: Life on the new frontier*. New York: Anchor Books.

GOETZ, Edward e CLARKE, Susan (org.) (1993). *The New Localism, Comparative Urban Politics in a Global Era*, Newbury Park: Sage.

GOFFMAN, Erving (1968). *Asiles: études sur la condition sociale des malades mentaux et autres reclus*. Paris: Éditions de minuit.

HYDEN, Goran e BRATTON, Michael (1992). *Governance and politics in Africa*. Boulder & London: Lynne Rienner Publishers.

JASPERS, Karl (1969). *Introduction à la philosophie*. Traduzido do alemão por Jeanne Hersh. Paris: Plon.

KATZNELSON, Ira (1982). *Marxism and the City*. New York: Clarendon Press.

KUHN, Thomas (1983). *La structure des révolutions scientifiques*. Paris: Flammarion, 2ème édition, p. 11.

LALANDE, A. (org) (1976). *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*. Paris: PUF, p. 954.

LE GALÈS, Patrick (1993). *Politiques urbaines et développement local: une comparaison franco-britannique*. Paris: L'Harmattan.

LYNCH, Kevin (1960). *The Image of the City*. Cambridge: M.I.T. Press.

MARTINDALE, Don (1978). Prefatory remarks: The Theory of the City, in Max Weber, *The City*, New York: The Free Press, 1978.

MASSIAH, Gustave e TRIBILLON, Jean-François (1988). *Villes en développement. Essai sur les politiques urbaines dans le tiers-monde*. Paris: Éditions La Découverte.

MUMFORD, Lewis (1964). *La cité à travers l'histoire*. Paris: Seuil.

PARK, Robert e WIRTH, Louis (1992). L'École de Chicago et la ville, in Marcel Roncayolo e Thierry Paquot (org.), *Villes et civilisation urbaine, XVIIIe-XXe siècle*. Paris: Larousse.

Braudel e Abrams abrem a porta a um debate insolúvel: a cidade

PAYOT, Daniel (1992). *Des villes-refuges. Témoignage et espacement*. Paris: Éditions de l'Aube.

PIRENNE, Henri (1925). *Medieval Cities*. New Jersey: Princeton University Press.

SASSEN, Saskia (1991). *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press.

SIMMEL, Georg (1979). Digression sur l'étranger, in Yves Grafmeyer e Isaac Joseph, *L'École de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine*. Paris: Champ urbain, p. 52.

ZARTMAN, William (1997). *Governance as conflict management: politics and violence*. Washington D. C.: Brookings Institution Press.

WIRTH, Louis (1979). Le phénomène urbain comme mode de vie, in Yves Grafmeyer e Isaac Joseph, *L'École de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine*. Paris: Champ Urbain.

Recebido em: 5/1/2016

Aceito para publicação em: 19/5/2016